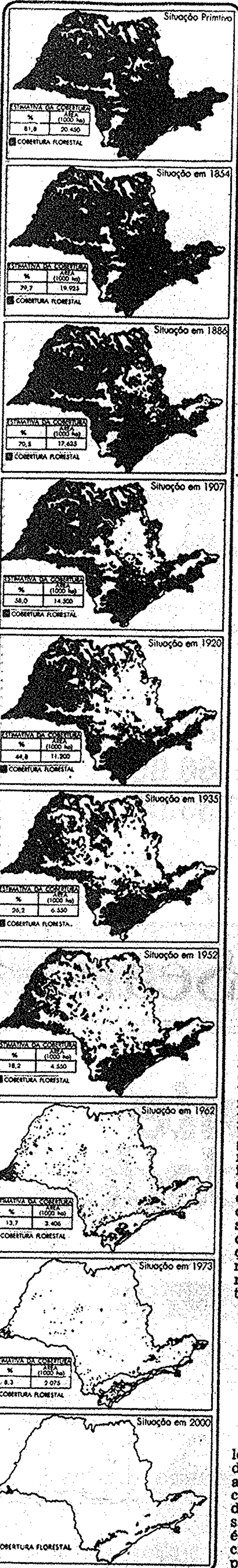
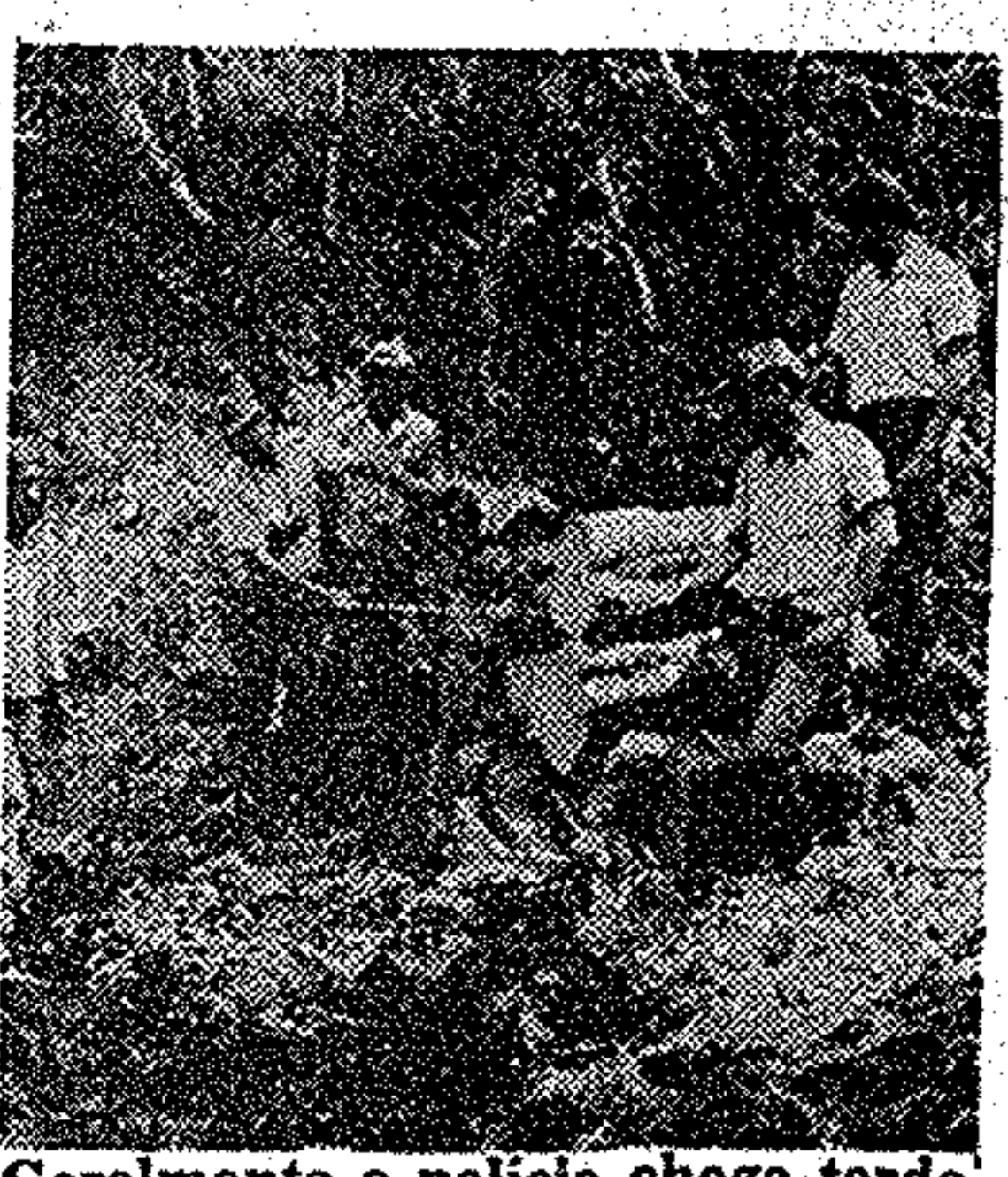


Polícia tenta salvar o que resta de florestas



Fonte: A Devastação Florestal - Sociedade Brasileira de Silvicultura



Geralmente a polícia chega tarde

ANA MARIA NOGUEIRA GÉIA
Especial para "O Estado"

O 1º Batalhão de Polícia Florestal e Mananciais, numa operação especial em 23 municípios e praias do litoral paulista, embargou, em apenas três dias de trabalho, nove mil hectares de áreas que estavam sendo desmatadas irregularmente e aplicou multas no valor de Cr\$ 70,7 milhões. A "Operação Litoral" terminou na semana passada e visou a reforçar o policiamento já existente nas áreas, em defesa da fauna e da flora, atendendo, assim, a uma série de denúncias de sociedades ecológicas, prefeituras e entidades interessadas na preservação florestal do Estado. Durante os trabalhos foram feitas apreensões de 3.108 palmeiras, 204 vidros de palmito e 12 m³ de lenha natural, extraídos ilegalmente. Também foram recolhidos redes de pesca, armas e animais selvagens caçados e presos em uma fazenda.

Os 90 policiais, entre eles cinco tenentes, três capitães, um coronel e um major, saíram em 13 viaturas da sede do 1º Batalhão, na avenida Rio Branco, na manhã do dia 18, decididos a "impedir os constantes desmatamentos que têm ocorrido ultimamente no Litoral, principalmente nas margens de lagos, represas, topos de morros, montanhas e serras", onde se encontram os últimos 6% de reservas florestais do Estado de São Paulo.

Divididos em cinco equipes, seguiram seus destinos: à equipe I coube a fiscalização das praias de Caraguatuba, Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela e do município de Salesópolis, a segunda equipe fiscalizou as praias de Santos, Bertioga, Taiaçupeba, Mongaguá e a cidade de Ribeirão Pires; a terceira verificou as praias de Peruíbe, Itanhaém e os municípios de Miracatu, Jujutiba e Pedro de Toledo; a quarta ficou com municípios do Vale do Ribeira, como Registro, Jacupiranga, Eldorado, Sete Barras, Iporanga e Barra do Turvo, e a equipe cuidou das praias de Iguape e Cananéia.

Ao todo foram 10.618 quilômetros percorridos e, muitas vezes os policiais tiveram de abandonar seus carros em algum lugar próximo às estradas e caminhar por trilhas estreitas mais de 20 quilômetros para alcançar os desmatadores. Mas "valeu a pena", diz o comandante da operação, tenente coronel Paulo José Ballátka Rahmig. Afinal, muitas áreas estavam sendo preparadas para serem desmatadas e os trabalhos ainda não haviam sido iniciados. "É triste quando se chega no local e as árvores já foram derrubadas pois só nos resta aplicar a multa que é muito pequena para o crime cometido. Para nós, o que vale mesmo, é evitar o corte".

Foi o que aconteceu, por exemplo, no Vale do Ribeira, onde o tenente João Rocha Coutinho Filho, comandante da área, embargou cerca de três hectares de florestas desmatadas e 7.263 hectares de terrenos no município de Apiaí que já estavam preparados para o corte. Os proprietários de terra nessa região são obrigados por lei a preservarem pelo menos 50% das matas naturais, mas isso nem sempre acontece. Desde o colono que derruba árvores — explica — para construir sua pequena casa e fazer hortas e pomares para sua própria subsistência, até grupos organizados que exploram a extração do palmito, muitas vezes ilegalmente, vêm principalmente nos últimos anos, agravando o desmatamento do Vale.

Em Iguape e Cananéia, região

multo procurada por exploradores de tora e palmito, foram embargados 7.300 hectares de desmatamento. Só aí foram multadas três empresas que industrializavam o palmito fora das especificações legais (no mínimo dois centímetros e meio de creme). Isso significa — segundo o tenente Sérgio Dutra — que o cortador não deixa a árvore chegar à idade adulta e reproduzir sementes, contribuindo para a extinção da espécie. Para se colher o fruto (palmito) das palmeiras, sem comprometer a espécie — já rara —, é preciso esperar de 12 a 15 anos até que a árvore cresça e isso nem sempre interessa aos exploradores.

"A necessidade que sentimos é que as leis sejam respeitadas" — lamenta o coronel Ballátka, acrescentando: "Não queremos privar o homem do direito que tem de utilizar a terra, mas não podemos permitir que a devastação seja aleatória e desobedeça às leis de preservação". Ele sugere que, para se evitar a devastação irregular, o governo crie incentivos fiscais aos proprietários de áreas com florestas naturais. "Se os donos de terrenos onde existem grandes palmeiras fossem beneficiados com impostos para deixar as árvores crescerem até o ponto de serem cortadas, criando uma forma regular de produção, o produto não estaria ameaçado de extinção. Ao mesmo tempo, se estaria preservando a floresta, porque a árvore do palmito precisa ter ao seu redor muitas outras árvores e uma vasta mata para dar seus frutos".

Já na região de Ubatuba, Caraguatuba, São Sebastião, Ilha Bela e Salesópolis, a maioria das infrações foi localizada nas encostas da Serra do Mar, onde existe presença maciça do minério verde. O tenente Manoel Ribeiro da Silva conta que, para extrair o minério, os exploradores entram nas matas com máquinas pesadas e tratores, danificando o solo e a vegetação. A movimentação de terra prejudica também municípios vizinhos, pois destrói suas vegetações e esteriliza o solo.

Comparada com as outras, essa área foi a que teve multas mais elevadas: Cr\$ 30.762.452,00; além de sete inquéritos policiais e 171,21 hectares embargados. Uma única empresa exploradora do minério foi multada em Cr\$ 5 milhões de cruzeiros.

Segundo os policiais, outro fator que tem contribuído para os grandes desmatamentos é a especulação imobiliária em todo o litoral do Estado. Em Santos, Bertioga, Taiaçupeba, Ribeirão Pires e Mongaguá foram embargados 531,03 hectares, a maioria destinados a loteamentos irregulares que, sem que seus proprietários tivessem autorização da Secretaria da Agricultura, promoviam a devastação.

Também no Litoral Sul, nas praias de Peruíbe, Itanhaém e municípios de Miracatu, Jujutiba e Pedro de Toledo, a presença de loteamentos irregulares foi marcante. Mas as principais infrações encontradas foram o comércio de madeira sem guias florestais e a extração de toras, já que a região é rica em árvores nobres e concentra grande número de serrarias. Foram multados vários exploradores que transportavam madeira com as guias em branco nos quadros destinados à data e metragem cúbica das toras. Com isso, conseguiram transportar diversas cargas usando uma única guia. Na área, que também é propícia à caça, foram encontrados um bicho preguiça e uma jaguatirica presos pelo proprietário de uma fazenda em Miracatu.

Falta tudo, de carros a soldados e gasolina

As dificuldades encontradas pelo 1º Batalhão de Polícia Florestal e de Mananciais para fiscalizar todas as áreas de preservação, inclusive caça e pesca, na região centro-leste do Estado, são muitas: as viaturas são insuficientes e um terço da frota é muito antiga; são poucos os policiais; os recursos recebidos mal dão para a rotina diária, e a quantidade máxima permitida para gastos com combustível é irrisória. Mesmo assim, os policiais acreditam na possibilidade de repetir operações como a que foi feita no litoral paulista, pois aguardam, para fins de julho, uma complementação de verba no valor de Cr\$ 2 bilhões.

Para atender os 229 municípios onde, segundo o tenente-coronel Paulo José Ballátka Rahmig, estão concentrados os únicos 8% de áreas verdes restantes no Estado, incluindo todo o Litoral, o batalhão conta hoje com 550 policiais distribuídos em cinco companhias (Campinas, Taubaté, Sorocaba, Santos e Capital) que trabalham com 65 viaturas — 22 delas com mais de 15 anos de uso — e apenas 15 motores, insuficientes para os 30 barcos existentes. Com estrutura semelhante trabalha o 2º Batalhão, "apesar de sua área de atuação (Centro-Oeste) quase não ter

mais florestas a serem fiscalizadas".

Além disso, para percorrer os 105.000 km² que compõem a região, uma viatura pode gastar, no máximo, 100 litros de álcool ou 150 litros de gasolina por mês, o que obriga, muitas vezes, prefeituras do Interior e usineiros a cederem o combustível e ajudar nos consertos dos carros.

Mas tudo isso não é novidade para o coronel Ballátka, pois "a falta de recursos aos batalhões florestais sempre foi uma constante durante os 35 anos em que a Polícia Florestal fiscaliza e protege os recursos naturais do Estado". Para ele, "agora as coisas vão mudar porque as autoridades estão se sensibilizando com o grande aumento de desmatamentos que têm ocorrido, e a suplementação de verba, que virá da secretaria da Agricultura, somada ao aumento do corpo de fiscais em dez homens, permitirá maior fiscalização".

Também está prevista para esta semana a liberação de Cr\$ 32 milhões provenientes de multas recolhidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — Sudepe — e transferidas para a Secretaria da Agricultura que, por sua vez, transferirá aos batalhões policiais. O dinheiro será usado para consertar os barcos e comprar novas viaturas.

Como ocupar terras destruindo tudo

Até 1952, só o Estado de São Paulo havia perdido 83,6% de florestas e reservas biológicas, baixando para 18,2% a dimensão dessas áreas. Após 30 anos, quando a ONU manifestava sua preocupação e seus técnicos advertiam que, caso a devastação não fosse contida, o Brasil seria considerado um problema mundial, o Estado estava despojado de mais da metade dessas reservas e a projeção dos técnicos da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) indicava que, daqui a 20 anos, São Paulo teria menos de 2% de florestas naturais.

Segundo estatísticas da FBCN, em 1766, 81,8% da área do Estado apresentava cobertura florestal. Nos cem anos seguintes, e a partir do surto cafeeiro, a devastação deu-se em grande escala. O período de 1858

a 1888 é marcado pelo firme desenvolvimento do café e o contínuo avanço das derrubadas nas regiões Norte e Central.

Em 1888, a safra do café acusa a marca de cerca de 10.375.000 arrobas e as áreas devastadas atingem 2.800.000 hectares, com taxas anuais de desmatamento avaliadas em 72.000 hectares, ou 720 milhões de metros quadrados. Após a abolição da escravidão e a proclamação da República, a substituição do trabalho escravo pelo colono assalariado, o número de cafeeiros quase duplica. Em 1907, o Estado havia perdido 5.960.000 hectares, apresentando uma baixa para 56% de mata.

No ano de 1920, São Paulo já havia sido despojado em cerca de 3.285.000 hectares de florestas, de tal

forma que um corte vertical, na mesma época, revelou um percentual de cobertura arbórea de cerca de 45%, ou seja 11.200.000 hectares.

Já em 1935, a floresta havia sido quase completamente arrasada (restavam 26,2%), dando lugar à lavourea do café. Dezesseis anos depois, a marca já era de 18,2%. Na década de 60, prossegue o desmatamento para a implantação de novas culturas. As matas da serra de Paranapiacaba e da escarpa Atlântica são "brutalmente violentadas" pelas atividades do carvoejamento, e os mesmos erros são cometidos no Vale do Ribeira. Na década de 70, os desmatamentos continuavam, desta vez com produtos químicos, e os dados de hoje mostram que menos de 6% do Estado apresenta cobertura florestal.